

NOTA DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE CIÊNCIAS (APC) EM DEFESA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO BRASIL.

O conceito de Universidade remonta à Academia de Platão, depois ao Liceu de Aristóteles, mas se concretizou na Universidade de Bolonha em 1088, no Norte da Itália. No Brasil, Maurício de Nassau em 1647, trouxe vários cientistas da Europa com o intuito de fundar um curso superior, em Pernambuco, mas não deu certo até porque não teria alunos. Em meados do século XVII, surgiram as ideias de cursos superiores, mas só iniciaram após a chegada da família real portuguesa e, em 1808, quando foi fundada a Faculdade de Medicina da Bahia. A primeira Universidade brasileira data de 17 de janeiro de 1909, a Escola Universitária Livre de Manáos, 11 anos antes da criação da primeira Universidade pública brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, fundada em 07 de setembro de 1920.

Durante mais de um século, a Universidade brasileira nunca se sentiu tão ameaçada como se encontra atualmente. Um governo eleito pela maioria da população, que durante sua campanha afirmava a importância da Educação, Ciência e a Tecnologia para o País, inclusive prometendo que iria destinar 3% do produto interno bruto (PIB) para esse setor, desde que tomou posse, tenta de forma inexplicável atingir frontalmente a autonomia universitária que está garantida no artigo 207 da Carta Magna: “ *As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. § 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996). § 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)*”.

O ataque à autonomia universitária iniciou quando o atual governo declarou que as consultas feitas nas comunidades universitárias para escolha de Reitor se tornariam inválidas, sendo o Conselho Universitário o responsável para indicar três nomes para o Ministro da Educação, sem que haja o compromisso de que o primeiro colocado seja o nomeado, fato que ocorreu pela última vez no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Na semana passada, foi divulgado o Decreto Nº 9794, de 14 de maio de 2019, que entra em validade no dia 29 do corrente mês, que retira dos Reitores a prerrogativa de escolher Vice-Reitor, Pró-Reitores, Procuradores e Auditores. Aos reitores caberá apenas indicar nomes para o ministro da Educação escolher, após uma varredura ideológica feita pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). (Reitores) Não terão, portanto, o direito de escolher suas equipes administrativas. É o retorno ao regime militar, que, apesar de usar esses procedimentos, continuava financiando as Universidades, ao contrário do governo atual, que anunciou contingenciamento de verbas 42% no Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura (MCTIC) e logo depois 30% para despesas de custeios da Universidades.

O contingenciamento também atinge a área da saúde, que é atendida pelos hospitais universitários. Aproximadamente R\$ 40 milhões foram bloqueados para os hospitais universitários em Natal, Palmas e Dourados, afetando diretamente 2,7 milhões de usuários. Reitores de várias Universidades já declararam a impossibilidade de iniciarem



as aulas do segundo semestre caso seja mantida a suspensão dos 30% dos recursos de custeio. **A Universidade brasileira vai parar.**

A Academia Pernambucana de Ciência (APC) entende que a Universidade pública, que tem como função primordial a produção de conhecimento no Brasil, ao concentrar a pesquisa, que por ser cara e de retorno no longo prazo não interessa às Universidades privadas, é responsável por 95% do desenvolvimento científico e tecnológico nacional) e formação de recursos humanos capacitados em todas as áreas: humanas, exatas e biológicas. A Universidade, portanto, não pode depender de decisões baseadas em princípios ideológicos de governos, pois está em jogo o futuro de uma juventude que ainda está ou vai entrar no ensino superior com o desejo de conseguir uma formação profissional qualificada que, certamente, irá contribuir para o desenvolvimento do país.

Darci Ribeiro declarou: *“a crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto. A crise na educação no Brasil é um projeto da elite para o povo não estudar, porque se o povo estudar, o povo não aceita mais ser escravo”*. Parece que a História está se repetindo, pois no Brasil, em meados do século XVII, quando surgiram as ideias de cursos superiores, Dom Bernardo de Noronha escreveu à Coroa Portuguesa: *“Não é conveniente que nesta conquista (Brasil) haja mais cadeiras de gramática e de ler e escrever... Estudos superiores só servem para nutrir o orgulho e destruir os laços de subordinação, civil e política, que devem ligar os habitantes da terra à metrópole”*. Manter a população desinformada era uma forma de tutela da Coroa Portuguesa. Desta vez, talvez o objetivo não seja manter o povo escravo, mas sim enfraquecer a Universidade pública, e desta forma fortalecer as instituições privadas que população carente não tem condições de pagar, a não ser com financiamento público, como ocorre no Brasil.

Desta forma, a Academia Pernambucana de Ciências vem de público defender a autonomia das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que incluem os Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia (IFEs) e protestar contra os contingenciamentos (possíveis cortes) anunciados pelo ministro da Educação, enfatizando que Educação, Ciência e Tecnologia podem não ser a solução dos problemas do Brasil, mas, certamente, eles não serão solucionados sem Educação, Ciência e Tecnologia.

Recife-PE, 20/05/2019.

José Antônio Aleixo da Silva

Presidente da APC